

A EVOLUÇÃO DO FERESP PARA "BRASIL EDUCAÇÃO" E A CONSOLIDAÇÃO DO EMPRESARIADO EDUCACIONAL COMO APARELHO PRIVADO DE HEGEMONIA NA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

Eixo temático 1 - Política econômica e financiamento da educação superior no Brasil.

Ana Paula Batista da Silva Brito, Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão/ UEMASUL - Rede Universitsa/BR, e-mail: anapaula.pbs@hotmail.com
Fabíola Bouth Grello Kato, Universidade Federal do Pará/ UFPA - Rede Universitsa/BR, e-mail: fabiola_kato@hotmail.com

Introdução

A reforma do Estado brasileiro na década de 1990, especialmente a partir do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), implementado em 1995, promoveu profundas transformações nas relações entre Estado, sociedade civil e mercado. Fundamentado na lógica neoliberal e gerencialista, o PDRAE redefiniu o papel estatal, deslocando-o da função de executor direto das políticas públicas para a condição de regulador e articulador de parcerias com o setor privado. No campo educacional, esse processo intensificou as relações público-privadas e favoreceu a ampliação da atuação empresarial na formulação e implementação das políticas educacionais brasileiras.

Nesse contexto, o empresariado educacional privado-mercantil fortaleceu sua capacidade organizativa e política, especialmente a partir da expansão da Educação Superior privada e da financeirização do setor educacional. Conforme Brito (2019), a abertura de capital das empresas educacionais em 2007 alterou profundamente o modelo de gestão das Instituições de Ensino Superior (IES), intensificando a lógica mercantil e subordinando a educação às exigências do capital financeiro.

É nesse cenário que surge, em 2008, o Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular (Feresp), criado com o objetivo de organizar politicamente os interesses do setor privado de Educação Superior. Desde sua origem, o Fórum constituiu-se como espaço estratégico de articulação do empresariado educacional, reunindo

entidades representativas, sindicatos e associações privadas em torno de uma agenda comum voltada ao fortalecimento do setor privado-mercantil na educação brasileira.

Entretanto, a transformação do Feresp em "Brasil Educação: Fórum Brasileiro de Educação Particular", em 2023, revela uma mudança qualitativa em sua atuação política e ideológica. A alteração da nomenclatura não representa apenas uma mudança institucional, mas expressa o aprofundamento do projeto hegemônico do empresariado educacional brasileiro. Se anteriormente o Fórum limitava-se às pautas da Educação Superior, a nova configuração amplia seu escopo para todos os níveis e modalidades educacionais, incluindo Educação Básica, Educação Profissional, Tecnológica e Educação a Distância.

A reformulação da entidade evidencia o movimento de ampliação da influência empresarial sobre a política educacional brasileira, demonstrando que a disputa pela hegemonia no campo educacional ultrapassa os limites da Educação Superior e passa a abranger toda a estrutura educacional do país. Assim, este estudo tem como objetivo analisar a evolução do Feresp para "Brasil Educação", compreendendo-o como Aparelho Privado de Hegemonia (APH) do empresariado educacional privado-mercantil brasileiro. Parte-se do seguinte problema de pesquisa: de que maneira a transformação do Feresp em "Brasil Educação" revela o aprofundamento das estratégias de hegemonia do empresariado educacional na formulação das políticas públicas educacionais brasileiras?

A relevância deste estudo está na compreensão das estratégias políticas e ideológicas utilizadas pelo empresariado educacional para ampliar sua influência sobre o Estado e sobre a sociedade civil, produzindo consensos favoráveis à mercantilização da educação e fortalecendo os processos de privatização e financeirização educacional.

Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental. A investigação tem aproximação ao materialismo histórico-dialético para compreender as relações entre Estado, sociedade civil e setor privado na política educacional brasileira.

No que tange ao campo bibliográfico, foram mobilizados autores vinculados à tradição marxista e ao campo da política educacional crítica. As contribuições dos autores possibilitam compreender as categorias de hegemonia, sociedade civil e Aparelhos Privados de Hegemonia.

No que diz respeito a pesquisa documental, foram analisados documentos institucionais produzidos pelo Feresp/Brasil Educação, bem como foram analisados documentos normativos e materiais vinculados às reformas educacionais brasileiras.

A análise dos dados buscou apreender as mediações existentes entre o empresariado educacional e o Estado, identificando as estratégias de direção política, intelectual e ideológica utilizadas pelo Fórum para influenciar a formulação das políticas públicas educacionais.

Discussão dos dados

A atuação do Feresp evidencia a consolidação do empresariado educacional privado-mercantil enquanto sujeito político coletivo organizado. Criado em 2008, em um contexto de expansão e financeirização da Educação Superior privada, o Fórum surgiu como espaço estratégico de articulação das entidades representativas do setor privado, com o objetivo de fortalecer politicamente os interesses empresariais no interior do Estado.

Conforme destacam Vale, Chaves e Carvalho (2014), o Fórum exerceu influência direta nas deliberações do Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado pela Lei nº 13.005/2014, especialmente na incorporação de pautas alinhadas às demandas do setor privado-mercantil. Isso demonstra que o Feresp não atuava apenas como entidade representativa, mas como articulador político de uma agenda de reformas educacionais vinculada aos interesses do capital educacional.

Entretanto, a transformação do Feresp em “Brasil Educação: Fórum Brasileiro de Educação Particular”, em 2023, representa um novo estágio desse processo. A mudança de nomenclatura expressa o amadurecimento político e organizacional do empresariado

educacional brasileiro, que deixa de concentrar sua atuação apenas na Educação Superior e passa a disputar hegemonicamente toda a política educacional nacional.

Essa alteração revela uma ampliação estratégica de seu raio de atuação. O que antes se configurava como uma entidade voltada exclusivamente à Educação Superior privada passa a constituir-se como organismo articulador de todos os níveis e modalidades educacionais privados. Tal movimento evidencia o aprofundamento do empresariamento da educação brasileira e a consolidação de uma agenda educacional privatista mais ampla e sofisticada.

A nova composição do "Brasil Educação" incorpora entidades vinculadas não apenas à Educação Superior, mas também à Educação Básica, ao ensino técnico e profissional e às instituições confessionais e filantrópicas. Esse alargamento demonstra a formação de uma ampla rede política e empresarial comprometida com a expansão do setor privado na educação brasileira.

O manifesto "#educaçãomaisforte", lançado em 2023, explicita as prioridades políticas do Fórum: flexibilização regulatória; ampliação do financiamento estudantil; fortalecimento da Educação a Distância; internacionalização da Educação Superior privada; integração entre educação e mercado de trabalho; e ampliação da participação privada nos órgãos de governo. Essas propostas revelam um projeto educacional diretamente alinhado às necessidades do capital financeiro e às exigências do mercado.

A defesa da ampliação de programas como Prouni, Fies e ProIES demonstra a centralidade do fundo público na sustentação da expansão privada da educação. Embora apresentados como mecanismos de democratização do acesso, esses programas garantem estabilidade financeira às instituições privadas, assegurando matrículas e transferências contínuas de recursos públicos ao setor empresarial.

Observa-se, portanto, uma importante contradição, a saber: o Estado não se retira da educação, mas reorganiza sua atuação para favorecer a expansão do mercado educacional. Sob o discurso da colaboração entre público e privado, intensifica-se a utilização do fundo público para fortalecer o capital educacional privado-mercantil.



A defesa das metodologias híbridas e da ampliação da Educação a Distância também revela essa lógica. Embora o discurso empresarial enfatize flexibilidade e democratização do acesso, tais modalidades estão profundamente relacionadas à redução de custos operacionais, à racionalização dos processos pedagógicos e à ampliação das margens de lucro das grandes corporações educacionais.

Nesse contexto, o Feresp/Brasil Educação pode ser compreendido como um Aparelho Privado de Hegemonia. Inspirado em Gramsci, Coutinho (1994) define os APHs como organismos privados que exercem funções públicas na disputa pela direção moral e intelectual da sociedade. O Fórum atua precisamente nessa direção ao produzir consensos favoráveis à mercantilização da educação e à naturalização da presença empresarial na formulação das políticas educacionais.

Lamosa (2020), ao tratar dos "Tubarões da Educação", evidencia como frações empresariais passaram a controlar setores estratégicos da política educacional, subordinando a educação às necessidades do capital financeiro. O caso do Feresp/Brasil Educação expressa esse movimento ao organizar coletivamente o empresariado educacional em torno de um projeto hegemônico de longo prazo.

Casimiro (2016) destaca que os APHs exercem papel central na difusão da ideologia do mercado e na consolidação de projetos de poder. No caso do Fórum, observa-se não apenas a defesa de interesses econômicos imediatos, mas a tentativa de construção de uma nova racionalidade educacional orientada pela lógica empresarial.

Gramsci (1978) afirma que "toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica". Assim, o Fórum exerce função pedagógica ao disseminar concepções ideológicas que transformam os interesses privados do empresariado em interesses universais da sociedade brasileira. A hegemonia burguesa não se sustenta apenas pela coerção estatal, mas principalmente pela construção do consenso no interior da sociedade civil.

A participação de representantes do Estado no Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular (CBESP) evidencia a constituição de redes políticas entre público e



privado. A presença de ministros, representantes do MEC, CNE, Inep e organismos internacionais revela como o empresariado educacional penetra as estruturas estatais e amplia sua capacidade de influência sobre a formulação das políticas públicas.

Nesse sentido, o "Brasil Educação" consolida-se como intelectual coletivo da burguesia educacional brasileira. Conforme Gramsci (2001), os intelectuais orgânicos exercem funções organizativas fundamentais para a manutenção da hegemonia de determinada classe social. O Fórum atua exatamente nessa direção ao produzir agendas políticas, diagnósticos e propostas de reforma educacional alinhadas aos interesses do capital privado.

Dessa forma, a transformação do Feresp em "Brasil Educação" evidencia não apenas uma mudança institucional, mas a consolidação de um projeto hegemônico do empresariado educacional brasileiro, voltado à ampliação de sua influência sobre o Estado, sobre as políticas públicas e sobre a própria concepção social de educação.

Conclusões

O estudo evidenciou que a transformação do Feresp em "Brasil Educação" representa um importante marco no processo de consolidação do empresariado educacional privado-mercantil como força hegemônica na política educacional brasileira.

A mudança de nomenclatura e a ampliação de seu escopo de atuação demonstram o amadurecimento político e organizacional do Fórum, que deixa de atuar exclusivamente na Educação Superior para disputar a direção de toda a política educacional brasileira.

Verificou-se também que o Fórum atua como Aparelho Privado de Hegemonia ao organizar os interesses do empresariado educacional, produzir consensos favoráveis à lógica mercantil e ampliar sua influência sobre os espaços de formulação das políticas públicas educacionais.

Conclui-se que a atuação do "Brasil Educação" integra um projeto mais amplo de hegemonia burguesa, no qual a educação é progressivamente subordinada às exigências do capital financeiro. Os processos de privatização e financeirização da educação

brasileira revelam-se, assim, como parte de uma política de Estado consolidada desde as reformas neoliberais da década de 1990.

Dessa forma, compreender a evolução do Feresp para "Brasil Educação" torna-se fundamental para analisar as disputas contemporâneas em torno da educação brasileira e os mecanismos pelos quais o empresariado educacional amplia sua capacidade de direção intelectual, moral e política sobre o Estado e sobre a sociedade civil.

Referências

BRITO, A. P. B. S. **O Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular:** um novo intelectual orgânico de base coletiva. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

CASIMIRO, F. H. C. **A Nova Direita no Brasil:** aparelhos de ação político-ideológica e a atualização das estratégias de dominação burguesa (1980-2014). 2016. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

COUTINHO, C. N. **Marxismo e política:** a dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo, Cortez, 1994.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere - v. 2.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.

LAMOSA, R. (Org.). **Classe dominante e educação em tempos de pandemia:** uma tragédia anunciada. Parnaíba: Editora Terra sem Amos, 2020.

VALE, A. A.; CARVALHO, C. H. A.; CHAVES, V. L. J. Expansão privado-mercantil e a financeirização da Educação Superior brasileira. In: CABRITO, B. et al. (Org.). **Os desafios da expansão da educação em países de língua portuguesa:** financiamento e internacionalização. Lisboa: EDUCA, 2014. p. 199-220.